

Políticas para proteção da infância

Pedro Simon

A existência de políticas públicas voltadas para a primeira infância é, obviamente, uma imposição de bom senso, mas também são significativas as razões econômicas que nos levam a adotá-las. Discutir essas políticas é uma necessidade central das sociedades modernas, especialmente no Brasil, país marcado por profunda desigualdade social. É fundamental que debatamos teses para um melhor desenvolvimento de nossas crianças e dos modos de protegê-las da violência.

Antes do século XIX, a infância era tratada apenas como uma inevitável transição para a fase adulta. Ninguém a considerava, como ela realmente é, um fundamental período de construção do adulto que virá um dia a integrar uma sociedade. Desde muito cedo, as crianças eram levadas a viver responsabilidades de adulto, especialmente no que se refere ao trabalho.

Infelizmente, no Brasil, ainda hoje isso ocorre. Muitas de nossas crianças – sobretudo as mais pobres – não desfrutam de uma infância segura e plena. A violência, doméstica ou urbana, é o pano de fundo de sua formação.

O mundo só voltou sua atenção para as crianças quando se viu pressionado pela legião de órfãos produzidos pelas duas grandes guerras do século XX. A obrigação de apoiar essa imensa população desampa-

Pedro Simon é Professor Universitário, advogado e Senador pelo PMDB.

rada forçou os governantes – europeus, na maioria – a constituir instituições voltadas para o atendimento de crianças e jovens.

Temos hoje no Brasil cerca de 22 milhões de crianças na faixa de 0 a 6 anos. Nesse período da vida, segundo afirma a ciência, é que se constroem as bases cerebrais que darão ao adulto a capacidade de adquirir o saber e de se relacionar com os outros. Nesse crucial intervalo de vida é que se formam as condições para o crescimento saudável do ser humano nas suas dimensões física, intelectual, social e emocional, inclusive no uso da linguagem. Valores e capacidades são aprendidos e desenvolvidos de modo permanente e natural nessa idade.

A ciência comprovou que as crianças que sofrem tensão extrema nos primeiros anos de vida podem ser afetadas de forma irreversível, tanto no que se refere à aprendizagem quanto à memória. Em outras palavras, o desenvolvimento (intelectual, afetivo ou emocional), a personalidade e o comportamento dos seres humanos são determinados nos seus primeiros anos de vida.

No Brasil, o problema da infância passou a ser discutido de modo mais aprofundado na década de 1960, apesar de já termos uma longa história de dedicação de inúmeras pessoas e grupos à causa das crianças no País. Essas iniciativas, no entanto, sempre foram circunscritas a certas organizações e a certas localidades. Se a discussão nunca foi nacional, tampouco o eram as ações.

Só quando a questão da violência envolvendo crianças e jovens tornou-se um fato preocupante é que teve início uma mobilização efetiva para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a infância.

O Estado brasileiro começou, verdadeiramente, a se inquietar com a questão na década de 1990, quando os grandes centros urbanos passaram a apresentar elevadíssimo grau de criminalidade com participação de jovens. A chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1993 – quan-

do oito crianças foram assassinadas por policiais militares – foi um marco dessa mudança de atitude.

Atualmente, existe muita discussão sobre como agir com os jovens, mas os estudos provam que o mais fundamental é atuar na primeira infância, a fim de prevenir que crianças abandonadas se tornem jovens criminosos depois.

Em 27 de dezembro de 2000, foi editado o Decreto presidencial que instituiu o Comitê para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, cujas estratégias de ação estão centradas na articulação e na integração das políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos.

Foi a primeira iniciativa importante do Poder Público nacional a abranger todo o País. Depois dela, as iniciativas locais – de Governos ou organizações sociais – passaram a ser amparadas por uma política nacional. A continuidade da ação desse Comitê deve culminar na divulgação, em novembro de 2007, de um documento que vai contribuir decisivamente para a melhoria das ações de Estado. Trata-se da publicação *Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais*.

Segundo estudiosos dessa questão, para cada real investido na infância corresponde um retorno de sete reais. Não é, portanto, investimento a fundo perdido. Até do ponto de vista meramente economicista, trata-se de um investimento de excelente retorno para a sociedade. Já do ponto de vista humano, o principal é a formação bem-sucedida de um cidadão produtivo e integrado na sociedade.

Crianças que têm oportunidade de frequentar creches e pré-escolas apresentam, na idade adulta, renda mais alta e probabilidades mais baixas de prisão, de gravidez precoce e de dependência dos programas de transferência de renda do Estado. Investir hoje na infância significa que, certamente, serão reduzidos, depois, os gastos com os adultos. Investir na infância significa também aumentar a capacidade de produção

econômica do País, pela formação de uma força de trabalho mais produtiva.

O Brasil tem, atualmente, inúmeros programas e ações voltados para as crianças na primeira infância, em todas as esferas de governo – da União aos Municípios. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 2003, é exemplar.

Na discussão do Projeto de Lei nº 340, de 2005, que apresentei, instituindo a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, realizou-se audiência pública pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação desta Casa, em 30 de maio de 2006. O Projeto Vida, surgido na época em que governei o Estado, também foi debatido, como um outro modelo de ação.

E assim, um pouco por todo o Brasil, da Pastoral da Criança a programas de creches públicas, começa a se disseminar um cuidado com a primeira infância.

Estudos empreendidos pela Unesco e pelo Unicef demonstram que é imperativo o investimento do Estado na proteção e no amparo à criança de 0 a 6 anos, independentemente da classe social a que pertença. Todavia, as menos favorecidas merecem o apoio mais direto, por força da menor capacidade de suas famílias de prover boas

condições de educação e formação a suas crianças.

Encerro apontando algumas linhas que, obrigatoriamente, devemos seguir:

É preciso adotar uma abordagem sistêmica e integrada de políticas de atenção à primeira infância.

É necessário criar uma parceria sólida com o sistema educacional, que fortaleça a continuidade da creche à escolarização formal.

Deve-se proporcionar acesso universal à educação e aos cuidados na primeira infância, com atenção particular para crianças com necessidades especiais.

Deve-se aprimorar o pessoal dos estabelecimentos de ensino e dos pais.

É fundamental formar e dar condições de trabalho adequadas para as equipes de pessoal que tratam crianças na primeira infância.

Devemos monitorar e coletar dados que permitam a análise e a avaliação de resultados das ações, para correções e aperfeiçoamentos possíveis.

É essencial a criação de estruturas para pesquisa e agenda de longo prazo, a fim de incorporar novos conhecimentos e métodos que aperfeiçoem o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.